

VISIBILIZANDO PRÁTICAS NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

VISUALIZING RACTICES IN AGRI-FOOD SYSTEMS

HACIENDO VISIBLE PRÁCTICAS EN SISTEMAS AGROALIMENTARIOS

Emilio Romanini Netto¹; Dimas Floriani ²

¹Univerisdade Federal do Paraná,
romanininetto@ufpr.br; ²Universidade Federal
do Paraná, dimas@casla.com.br

GT 01: ECOLOGIAS E OS PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIAL DO AMBIENTE RURAL

RESUMO

O objetivo deste texto, consiste em desenhar um quadro analítico com intuito de: a) questionar a invisibilização de práticas e saberes de atores centrais a luta por reapropriação social da natureza e; b) propor uma abordagem de visibilização de tais práticas, saberes e atores. A espinha dorsal desta análise se apoia nas distintas formulações que tem por base os debates do *sistema agroalimentar* seguido de uma reflexão crítica a partir da ecologia política latino-americana. E então foi possível apresentar o SIS (Sistemas de Interação Societal) como abordagem pertinente com a crítica da ecologia política latino-americana na análise de sistemas agroalimentares. O SIS demonstrou pertinência e proeminência pois está proposto em sua abordagem uma interação recursiva de diferentes subsistemas que permitem levar em conta a heterogeneidade estrutural e a diferença colonial, típicas de sociedades periféricas.

Palavras-chave: Sistema de Interação Societal; modernidade periférica; ecologia política; questão agrária

ABSTRACT

The objective of this text is to design an analytical framework with the aim of: a) questioning the invisibilization of practices and knowledge of central actors in the struggle for the social reappropriation of nature and; b) propose an

approach to make visible such practices, knowledge and actors. The backbone of this analysis is based on the different formulations that are inspired by debates on the agrifood system, followed by a critical reflection based on Latin American political ecology. And then it was possible to present the SIS (Societal Interaction Systems) as a relevant approach with the critique of Latin American political ecology in the analysis of agrifood systems. The SIS demonstrated pertinence and prominence because its approach proposes a recursive interaction of different subsystems that allow taking into account the structural heterogeneity and the colonial difference, typical of peripheral societies.

Keywords: Societal Interaction System; peripheral modernity; political ecology; agrarian question

RESUMEN

El objetivo de este texto es diseñar un marco analítico con el fin de: a) cuestionar la invisibilización de prácticas y saberes de actores centrales en la lucha por la reapropiación social de la naturaleza y; b) proponer un enfoque para visibilizar dichas prácticas, saberes y actores. La columna vertebral de este análisis se basa en las diferentes formulaciones que parten de los debates sobre el sistema agroalimentario, seguidas de una reflexión crítica a partir de la ecología política latinoamericana. Y entonces fue posible presentar los SIS (Societal Interaction Systems) como un enfoque relevante con la crítica a la ecología política latinoamericana en el análisis de los sistemas agroalimentarios. El SIS demostró pertinencia y protagonismo porque su enfoque propone una interacción recursiva de diferentes subsistemas que permiten tener en cuenta la heterogeneidad estructural y la diferencia colonial, propias de las sociedades periféricas.

Palabras clave: Sistema de Interacción Social; modernidad periférica; ecología política; cuestión agraria

INTRODUÇÃO

A pandemia do covid-19 exacerbou problemas sociais, alguns latentes, outros explícitos. Entre tantos, destaca-se a fome. A fome, de acordo com Josué de Castro (1984) é um fenômeno multidimensional e interdisciplinar. Segundo o autor, a fome, descrita como a carência de nutrição adequada ao funcionamento metabólico do corpo humano, não pode ser explicada sem relacioná-la às questões culturais, sociais e políticas que caracterizam a alimentação e a produção de alimentos em um

determinado local. A fome é um fenômeno persistente na história da humanidade, entretanto o cenário (pós)pandêmico revela, sobreposto à fome, a agudização de processos opressivos e discriminatórios com recorte à território, raça, gênero e geração. Ainda, a fome, em última instância, é o estágio mais grave ao que está estabelecido no debate acadêmico e institucional, de maneira mais ampla, como *insegurança alimentar*.

Alguns dados podem ilustrar. Em relatório elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), estima-se que no Brasil, em 2022 (!), 125,2 milhões de pessoas residam em domicílios com insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome (insegurança alimentar grave). Ademais, a desigualdade de acesso aos alimentos predomina em domicílios rurais, sendo que 18,6% enfrentam a fome em seu cotidiano. Em termos de desigualdade regional, 25,7% das famílias em insegurança alimentar grave residem na região Norte, e 21,0%, no Nordeste. A insegurança alimentar se apresenta também com desigualdades de gênero, raça e classe. O relatório destaca que a fome ocorre em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo, e aflige mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência se identifica de cor preta ou parda (REDE PENSSAN, 2022).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em sua sigla em inglês), o Brasil segue a tendência global de aumento da insegurança alimentar em taxas até mesmo menores que outras regiões da América Latina, como o Caribe, e muito menores comparado a continentes com Ásia e África. De acordo com a FAO (2022), mais de 150 milhões de pessoas passaram a ser afetadas pela fome no globo de 2019 a 2022, isto é, ao longo da pandemia. Na América Latina e Caribe, a FAO (2022) estima que, hoje, aproximadamente 40,6% da população vive em insegurança alimentar moderada e 14,6% da população vive em insegurança alimentar grave. Este cenário é produto não somente da pandemia, mas também da guerra no Leste Europeu associado ao aumento da inflação no preço dos alimentos ocorrido ao longo de 2022 (FAO, 2022, LIZARRAGA; PEREIRA FILHO, 2022).

Se já em 1945, o ano de publicação da primeira edição de *Geografia*

da fome, Josué de Castro (1984) propunha de maneira muito avançada a necessidade de se abordar o problema da alimentação e da falta desta desde uma perspectiva integrada entre os fatores geoecológicos e formações sócio-históricas, será de aqui também a preocupação central.

Inspirando-se neste preâmbulo as próximas linhas se ocuparão em colocar em questão a produção de alimentos (soma-se aqui as *commodities* alimentícias) no Brasil. Um país periférico, tal qual se constata em toda América Latina, grande exportador de *commodities* alimentícias e ainda assim marcado pela insegurança alimentar e pela violência física e simbólica contra os povos do campo, das águas e da floresta.

Neste sentido, objetivo deste texto, consiste em desenhar um quadro analítico que apresente os principais sistemas e atores envolvidos na produção de alimentos, com intuito de: a) questionar a invisibilização de práticas e saberes de atores centrais a luta por reapropriação social da natureza e; b) propor uma abordagem de visibilização de tais práticas, saberes e atores.

A espinha dorsal desta análise se apoia nas distintas formulações que tem por base os debates oriundos da questão agrária e alimentar dos quais culminaram na abordagem do *sistema agroalimentar*. Servirão como inspiração os debates que preconizam a pluralidade de atores, ou seja, a existência de distintos *sistemas agroalimentares* interagindo de maneira dinâmica, conflituosa e coexistente. Então será possível realizar uma reflexão crítica a partir da Ecologia Política latino-americana (LEFF, 2015), apoiando-se em noções como a modernidade periférica (FLORIANI, 2016, DUSSEL 2016), a política e territórios da diferença (ESCOBAR, 2015), a sociologia das emergências e sociologias das ausências (SANTOS, 2019) e o giro decolonial (MIGNOLO, 2007, CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, QUIJANO, 2005).

Este processo expositivo se orientará pelo método expositivo-argumentativo e crítico o qual fornecerá as condições para estabelecer um quadro analítico (portanto parcial, limitado e sobretudo politicamente posicionado) da realidade socioambiental em que os protagonistas da produção de alimentos estão inseridos.

QUESTÃO AGRÁRIA, ALIMENTAR E AMBIENTAL: A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

O sistema agroalimentar (*agri-food system*) como objeto de investigação deriva da preocupação de intelectuais, norte-americanos e europeus anglófonos em sua maioria, em fornecer saídas para a crise da sociologia rural dos anos 1970. A crise constitui-se, em linhas gerais, nos limites apontados às perspectivas “difusionistas” da sociologia rural norte-americana, de cunho psicológico-behaviorista, que sem conseguir esconder seu positivismo, dialogavam com as teorias da modernização em um período de expansão global dos processos de mercantilização e modernização da agricultura e da alimentação. A renovação teórica, que aparece no início dos anos 1980, será conhecida como a sociologia da agricultura (BUTTEL, 2001, SCHNEIDER, 1997). No Brasil, a sociologia da agricultura passaria a ser sistematicamente apreciada após a publicação de *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, de Ricardo Abramovay (1992).

Segundo Buttel (2001), entre o final década de 1980 e início de 1990 a sociologia da agricultura é chocada pelo que o autor chama de explosão e fragmentação de sua tradição teórica (majoritariamente a economia política marxista). Isto se daria, conjunturalmente, pela crise do neomarxismo, o fim da Guerra Fria com a queda do muro de Berlim, a deslegitimação do Estado socialista e a mudança da era do fordismo para a era da desregulação do mercado financeiro. É neste cenário que Harriet Friedmann e Phillip McMichael publicam artigo com seminal contribuição na consolidação do sistema agroalimentar como unidade analítica com o estabelecimento da noção de *regimes alimentares*.

A noção de regimes alimentares é influenciada em grande medida pelas teorias do sistema-mundo e a teoria regulacionista sem perder sua influência chayanoviana (BUTTEL, 2001). McMichael (2009) defende que:

The ‘food regime’ concept historicized the global food system: problematizing linear representations of agricultural modernization, underlining the pivotal role of food in global political-economy, and conceptualizing key historical contradictions in particular food regimes that produce crisis, transformation and transition. In this

sense, food regime analysis brings a structured perspective to the understanding of agriculture and food's role in capital accumulation across time and space. (MCMICHAEL, 2009, p.140)

Então, a tarefa primordial dos regimes alimentares é destacar os processos estruturantes do capitalismo global que coordenam a agricultura e o consumo de alimentos. O contexto central que os autores estão escrevendo é considerado como uma mudança de regime, isto é, após os anos 1980 o regime mercantil-industrial (tipo fordista) entra em crise e é sistematicamente substituído pelo regime neoliberal- corporativo (FRIEDMANN, 2000, 2005, McMICHAEL, 2009, 2016).

Em que pese a validade da abordagem histórico-estrutural das sucessões de regimes alimentares no caso brasileiro, a noção de regimes alimentares vem recebendo uma série de críticas que são consideradas aqui fundamentais. Segundo Niederle e Wesz Jr (2017) as principais críticas centram-se na supervalorização das rupturas institucionais, o excessivo ocidentalismo da periodização dos regimes e o efeito homogeneizante dos regimes e das estratégias hegemônicas. Ainda, os autores discorrem que, com o intuito de propor uma alternativa para o excesso de localismo da nova sociologia rural, a abordagem de regimes alimentares perde de vista a heterogeneidade em detrimento a uma versão unitária do sistema agroalimentar, e conseqüentemente dos mercados como estrutura de dominação, perdendo, enfim, importantes nuances políticos que serão destacadas mais adiante.

De outra maneira, o argumento central deste trabalho se propõe a destacar a característica heterogênea dos atores, processos e instituições envolvidas na produção e circulação de alimentos e, com isto, conservando de maneira crítica a noção de sistema agroalimentar, retomá-la a partir de uma abordagem mais plural, isto é, desde a conformação de diferentes sistemas agroalimentares.

Para isto, a recuperação do trabalho de uma das mais renomadas historiadoras dos sistemas agrários do Brasil colonial, Maria Yedda Linhares (1995, 1996), é fundamental. A autora menciona a omissão do estudo sistemático dos processos de produção e circulação interna de alimentos na historiografia brasileira a qual enfatiza o caráter monocultor da colônia como,

ora um destino, ora uma imposição da classe dominante colonial. Linhares destaca:

É errôneo pensar que o Brasil viveu de açúcar, nada mais do que açúcar, nos primeiros séculos, e, depois, no século XIX, até a ruptura de 1930, de um segundo “produto-rei”, o café. Estatísticas recentes revelam a predominância extraordinária, ainda hoje, da mandioca, velho e tradicional cultivo das primeiras populações indígenas, da bacia amazônica, o milho pré-colombiano, que correspondia às regiões em contacto com as vertentes pré-andinas, e, finalmente, a batata-doce, cujo grande núcleo de dispersão parece ter sido a região do Brasil central. São todos produtos majoritariamente produzidos no Brasil, de forma recorrente, parte fundamental da agricultura indígena pré-colombiana, incorporada aos hábitos alimentares dos novos habitantes europeus e africanos. (LINHARES, 1996, p.140)

A pesquisa centrada no estudo dos mercados internos, segundo a autora, dificulta inclusive generalizações na aproximação com o território nacional. Linhares (1995, 1996) demonstra que as diferentes características de colonização de norte a sul do país geraram não somente especificidades na produção agrícola como também no exercício de poder, impedindo que as sesmarias fossem a explicação exclusiva para o domínio da terra e do trabalho. A autora (1995) também destaca o papel do negro escravizado na produção local de alimentos, argumento já amplamente aceito sobre o trabalho imigrante europeu na produção cafeeira, e a hipótese de existência de um protocampesinato negro, que não teve acesso à terra após a abolição. A mesma noção pode ser exemplificada no premiado romance de Itamar Vieira Junior, publicado em 2019, *Torto arado*, onde é narrado a relação do povo negro remanescente de quilombo com a terra, com a produção de alimentos, com a roça do patrão e a relação com o comércio em vias de urbanização.

Sobre este último, Belik (2015), ao apresentar com riqueza de dados a heterogeneidade interna dos sistemas agrários nacionais, destaca o importante papel que cumpriram os inúmeros armazéns de secos e molhados, as feiras e quitandas que retinham ali não somente os gêneros alimentícios mais comumente produzidos, como o milho, feijão, arroz e charque, mas também formavam um reduto da cultura alimentícia regional, produzidos majoritariamente pelo trabalho familiar e comunal.

É importante mencionar que duas décadas após a intervenção estatal

em direção à modernização, mercantilização e industrialização da agricultura o artigo seminal assinado por Kageyama e Bergamasco (1989) é um marco na categorização do que passaria a ser conhecido como a agricultura familiar, contabilizando nos anos 1980 aproximadamente 71,6% dos estabelecimentos agrícolas responsáveis por 49,6 % do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária nacional da época.

Neste sentido, esta abordagem sobre a história da agricultura brasileira não pretende contradizer as importantes fases dos regimes de produção, controle da terra e utilização da força de trabalho. Mas sim, ao revelar as características da produção e circulação interna de alimentos, é possível melhor compreender os fatores geradores da heterogeneidade que empiricamente refutam as narrativas unilineares e ocidentais da transformação dos sistemas agroalimentares no Brasil.

Mais recentemente, o trabalho de Fabiano Escher (2020), condecorado com o prêmio “The Samir Amin Young Scholars’ Prize in Political Economy of Development”, oferece uma relevante tipologia buscando interpretar a heterogeneidade de atores interagindo no rural brasileiro contemporâneo. A proposta centra-se em demonstrar empiricamente os caminhos pelos quais diferentes atores coevoluíram ao longo da modernização e mercantilização da agricultura.

Escher, primeiramente propõe uma importante diferenciação nas formas de fazer agricultura, a origem do trabalho. A origem do trabalho permite separar as formas de fazer agricultura em dois grandes polos: a) a utilização de trabalho assalariado (wage labor commodity producers), isto é, a agricultura patronal; b) a utilização do trabalho familiar (family farming), a agricultura familiar. Com base nesta polaridade, e opondo Grasmci à Poulantzas, Escher interpreta que não somente as diferenças concernentes à força de trabalho são empiricamente evidentes como se estabelecem como correlação de forças opostas onde a agricultura patronal se estabelece como classe dominante e a agricultura familiar como classe subalterna.

Ao analisar dados dos Censos Agropecuários de 2006 e outros dados secundários presentes em sua revisão bibliográfica Escher propõe uma tipologia que leve em consideração o que chama de heterogeneidade estrutural. O autor começa diferenciando a agricultura

patronal em dois setores majoritários. De um lado a agricultura patronal capitalista (APC), que corresponde a imagem do “agro é tech”, são empresas altamente produtivas, de aporte intensivo de capital, são especialistas em produção de *commodities* integrados aos complexos agroindustriais voltados à exportação. O autor destaca que, apesar de somarem menos de 1% dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais da metade do Valor Bruto da Produção (VBP) anual no Brasil.

De maneira diferente encontra-se a agricultura patronal latifundiária (APL). Estes atores são os herdeiros das oligarquias agrárias remanescentes do período colonial, usam a terra como estoque de valor e instrumento de dominação, se reproduzem perpetuando formas espúrias de competitividade por meio de trabalho precário, acumulação por despossessão e perdão de dívidas. Ambas as formas de agricultura, APC e APL, formariam a classe dominante na agricultura brasileira.

Por outro lado, a classe subalterna seria formada pela agricultura familiar, assim como, por trabalhadores agrícolas, sejam estes permanentes, temporários ou sazonais. A agricultura familiar, segundo apresentada por Escher (2020) também é formada por diferenças internas. O primeiro segmento de relevância é a agricultura familiar empresarial (AFE). Sua característica é um alto grau de integração mercantil, é intensiva em capital e tecnologia, acessa constantemente crédito e se orienta à especialização e à monoculturas. Possui mais terra que a média dos agricultores familiares e possuem empregados temporários e/ou permanentes (aqueles permitidos por lei e ainda serem beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultura Familiar). A renda média destas unidades de produção alcança os R\$ 6.000,00 por mês, o que somado à produção para autoconsumo, os benefícios de impostos sobre imóvel rural e a ausência de custos com moradia (aluguel), é comparável às classes médias urbanas. Seguindo a metodologia FAO/INCRA (GUANZIROLI et al, 2013 *apud* ESCHER, 2020) a AFE corresponde a 8,7% do total de estabelecimentos agropecuários (9,9% dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar) mas produz 25,1% do VBP nacional (49,4% da agricultura familiar).

Um segundo segmento sugerido pelo autor é o de agricultura familiar comercial (AFCom). Com grau moderado de integração mercantil,

possui extensão de terras dentro da média, acessa crédito, mas não se encontra na vanguarda tecnológica como a AFE. Ocasionalmente contrata trabalho e tende a uma maior diversificação produtiva e a pluriatividade, isto é, a renda pode ser composta por trabalhos fora da agricultura. Seria aqui adequado abarcar também os beneficiários da reforma agrária. Tal segmento seria variado internamente, podendo a renda distar de R\$3.000,00 e R\$900,00. De acordo com a metodologia FAO/INCRA, a AFCom soma 29,7% de todos os estabelecimentos (33,8% da agricultura familiar) e 8,7% do VBP nacional (24% da agricultura familiar).

Um terceiro seguimento é denominado de agricultura familiar camponesa (AFCamp). Com baixo grau de integração mercantil (conectando-se majoritariamente a circuitos curtos), possuem áreas abaixo da média, raramente acessam crédito e possuem tecnologia defasada em relação à vanguarda tecnológica. Devido as baixas rendas a produção para autoconsumo é central. Segundo a metodologia FAO/INCRA, representam 49,5 % de todos os estabelecimentos agropecuários (56,2% da agricultura familiar) mas somente 3,6% do VBP (10% da agricultura familiar). Escher ainda destaca que o segmento da AFCamp pode abarcar as comunidades rurais “dormitório”, os trabalhadores rurais sem terra e estabelecimentos rurais sem renda agrícola, isto é, com produção exclusiva para autoconsumo, a maioria destes dependendo vitalmente dos programas sociais, pensões e transferência de renda.

Com base na tipologia apresentada por Escher (2020) pode-se destacar alguns pontos centrais. Primeiramente, retomando o argumento inicial deste tópico, a diversidade de formas de se fazer agricultura, segmentados com base na força de trabalho, na integração mercantil, na extensão e intensividade tecno-produtiva da agricultura, coloca os atores protagonistas da produção e circulação de alimentos em diferentes sistemas de interrelação com instituições, práticas, normas e sobretudo com a natureza. A mesma heterogeneidade pode ser aplicada ao mundo do consumo de gêneros alimentícios (NIEDERLE; WEZS Jr, 2017). É apoiada nesta revisão que daqui em diante a produção e circulação de alimentos no Brasil será abordada com base na existência múltipla de sistemas agroalimentares, protagonizada por diferentes atores, como será possível

melhor argumentar ao final deste texto.

Um olhar mais apurado sob influência da ecologia política latino-americana irá permitir desvelar que, a propósito da questão ambiental, os sistemas agroalimentares também tratam de distintas formas de relação com a natureza, com o ambiente e com o território. Tais diferenças estão marcadas por traços políticos que fogem à abordagem dos sistemas agroalimentares herdeira da “nova sociologia rural”. Neste sentido, é fundamental retomar a crítica da ecologia política latino-americana, sua gênese e seus argumentos mais maduros, para que então possamos propor a abordagem de sistemas agroalimentares que constitui a espinha dorsal deste trabalho.

A CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

Segundo Enrique Leff (2015) a ecologia política latino-americana é herdeira do pensamento crítico gestado neste território, em especial naqueles intelectuais que puderam se desvencilhar das amarras do universalismo do pensamento ocidental.

Destacar-se-iam então José Carlos Mariátegui e José Martí, distintos revolucionários precursores de um marxismo latino-americano. Também é gestada pela disseminação da educação popular, a pedagogia e a teologia da libertação desde Paulo Freire, Enrique Dussel e a ecopedagogia com Leonardo Boff. Desde a teoria do subdesenvolvimento são influentes os textos de Josué de Castro e Celso Furtado que assim como a teoria da dependência com André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, estabeleceram um marco na compreensão das relações globais disseminando a noção de centro-periferia. Fundamentais à luta anticolonial Leff (2015) cita Frantz Fanon e Aimé Césaire, assim como o marco estabelecido pela publicação de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano. Mais recentemente o autor destaca a importância do giro decolonial e as propostas de descolonização do poder, dos seres e dos saberes.

Como campo de pesquisa estabelecido a ecologia política latino-americana tem como marco institucional a formação de um grupo de

trabalho, nos anos 2000, no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), liderado por Hector Alimonda, que após seu precoce falecimento prossegue sua produção do pensamento crítico atualmente intitulado-se *Grupo de Trabajo Ecología(s) política(s) desde el Sur/Abya-Yala*, destacando nomes como Gabriela Merlinsky, Horácio Machado Araújo, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Giancarlo Delgado Ramos, Arturo Escobar entre outros.

A ecologia política latino-americana possui certas vantagens como ponto de vista crítico. A posição do pensamento libertador que parte de onde os pés pisam procura destacar as relações de poder na apropriação da natureza levando em consideração a diferença marcada pela herança moderna/colonial e pela produção e reprodução desigual do capitalismo nas relações do sistema-mundo. Deste ponto de vista, as múltiplas epistemes insubordináveis configuradas no seio de sociedades modernas periféricas (FLORIANI, 2016) se tornam o substrato primordial à construção do pensamento crítico às estratégias de apropriação violenta de corpos e territórios, de crescimento material ilimitado e do discurso de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2015) reunindo a resistência localizada dos povos e comunidades marginalizados como *epistemologias do sul* (SANTOS, 2019).

Dessa maneira, emergem os conhecimentos tradicionais, as sabedorias populares, as experiências vividas, os costumes comuns, as culturas híbridas, como lugar de destaque de incorporação do ambiente, de relação inseparável com a natureza não-humana. A estigmatização e marginalização de tais culturas, corpos e saberes produz uma crítica potente que se dá a partir da resistência de povos e comunidades, ou como diz Porto-Gonçalves (2015), em Defesa da Vida, da Dignidade e do Território, ou ainda pelo neologismo, *re-existir*.

Os modos de vida dos povos das florestas, das águas e dos campos formam o substrato questionador de outras possibilidades de ser, saber, mas também de poder existir no mundo. Em situações de conflito frente à projetos de desenvolvimento, mecanismos de espoliação e retirada de direitos, são articulados movimentos sociais, mobilizações, entre tantas outras ações coletivas orientadas a defender o direito à vida, ao território e à

autoidentificação. Tais lutas passaram, desde Chico Mendes, a serem reconhecidas como convergentes às lutas ambientalistas e assim alcançaram uma utopia mais profunda, a luta pela transformação social (LEFF, 2015, PORTO- GONÇALVEZ, 2008, 2015, ESCOBAR, 2015).

Assim, a ecologia política está encravada na vida rural e, portanto, na questão agrária e nos estudos rurais. Especialmente no contexto das economias latino- americanas relegadas ao papel de exportadoras de *commodities* na divisão internacional do trabalho, o espaço rural é visto pelos atores dominantes como fronteira de expansão exatamente nos territórios em que, não por coincidência, coexistem reservas minerais, reservas da biodiversidade e povos e comunidades tradicionais. Neste contexto:

La ecología política viene así a revolucionar los estudios tradicionales de la cuestión agraria (Chayanov, Kautsky) replanteando la reconstrucción del medio rural desde nuevas bases ontológicas. Las luchas agroecológicas por la autonomía cultural y los derechos territoriales ocupan un lugar preponderante en la ecología política latinoamericana. (LEFF, 2017, p. 245)

A maldição latino-americana que aparece como crítica privilegiada repousa no seu papel cumprido na formação do sistema-mundo globalizado. Os processos de dominação associados ao colonialismo, isto é, a racialização (FANON, 2008) e o patriarcado (SEGATO, 2010, LUGONES, 2008) são, em verdade, concomitantes à acumulação por espoliação (ARÃOZ, 2016) e à formação da classe trabalhadora interna na constituição de um capitalismo periférico, que ecoam mesmo após a independência dos colonizadores como *colonialidade* (QUIJANO, 2005).

Ocorre que, desta perspectiva, pode-se evidenciar na sociologização do mundo rural, mesmo que se procure evitar o linearismo histórico e o eurocentrismo cultural, faltam categorias e conceitos que permitam ascenderem à protagonistas os interlocutores imersos nas referidas dimensões de dominação. É insuficiente, por conta do reducionismo economicista, tratar os povos indígenas e comunidades tradicionais, pela ótica da força de trabalho, da integração mercantil, do valor da produção bruta, como parte da agricultura familiar camponesa, conforme tratado no tópico anterior.

Não por acaso, Boaventura de Sousa Santos (2019) fala sobre uma linha abissal que invisibiliza seres. Esta linha abissal corresponde a diferentes exclusões. Sua diferença crucial reside em que a exclusão abissal é uma opressão ontológica, uma vez que os indivíduos e grupos que sofrem tal exclusão são considerados menos ou não totalmente humanos. Para Maldonado-Torres (2016) o mundo moderno- colonial cria esta diferença como uma linha ontológica que divide em zonas do ser e do não ser onde a colonialidade produz um processo de desumanização de qualquer ser que considere diferente.

Assim, nas lutas por defesa do território, por dignidade e pela vida, os povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos de mulheres e feministas, movimentos identitários e anti-racistas produzem uma crítica radical desde sua condição de invisibilizados, desde o lugar, a partir dos seu modo de vida negado, desde seus saberes subjugados, politizando ecologia, a epistemologia e a ontologia (ESCOBAR, 2015, PORTO-GOLÇALVEZ, 2008, LEFF, 2015, SANTOS, 2019).

No que se refere aos sistemas agroalimentares, a tarefa então é de visibilização de tais atores como protagonistas na produção e circulação de alimentos. Suas lutas são a evidência empírica de agência (*agency*) nas relações sociais da produção agrária. Como se não fosse o suficiente o fato de lutarem por sua reprodução, ainda sofrem violências físicas simbólicas e estão atualmente sob constante ameaça de perderem os poucos direitos adquiridos. Neste contexto, será proposto a seguir um quadro analítico que leve em consideração os referidos elementos na abordagem dos atores envolvidos na produção e circulação de alimentos no Brasil.

O SISTEMA DE INTERAÇÃO SOCIETAL (SIS) COMO ABORDAGEM AOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

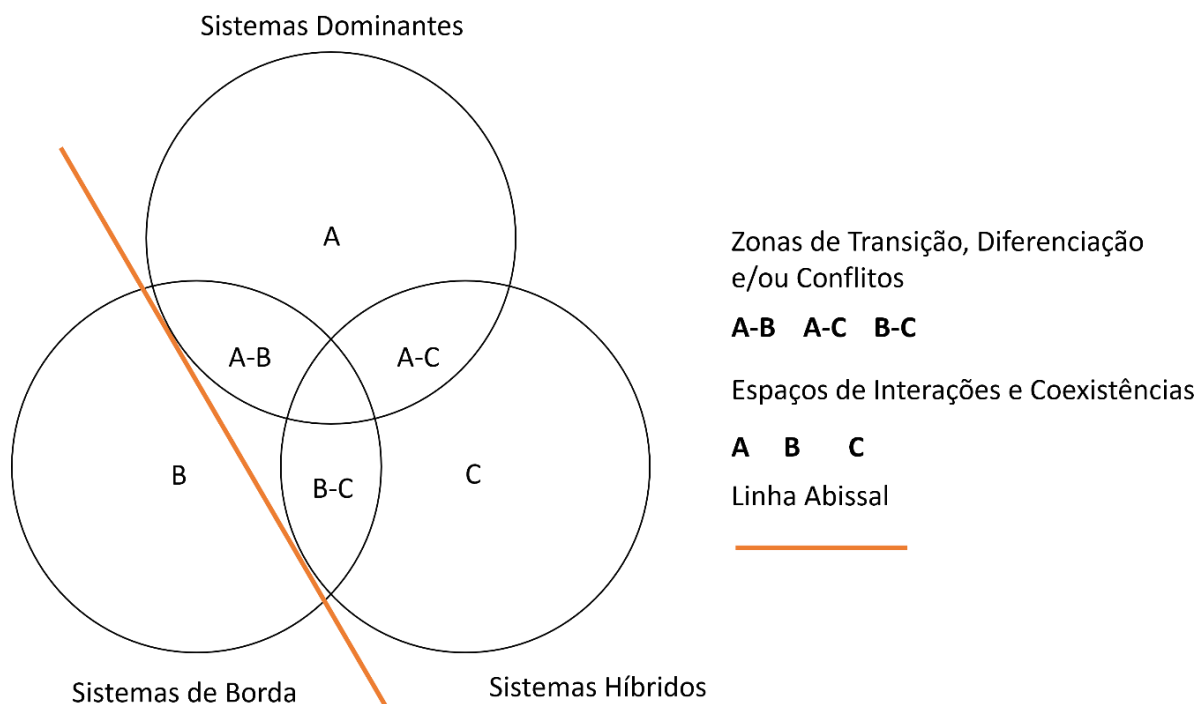
O Sistema de Interação Societal (SIS) é formado pela interrelação de diferentes subsistemas diferenciados entre si por suas condições histórico-estruturais, ambientais, culturais e subjetivas, as quais derivam do agenciamento de seus respectivos atores, isto é, das práticas individuais e coletivas em cada dimensão mencionada conferindo uma noção de grupo

coerente, ainda que dinâmica no tempo e no espaço.

Sua inspiração advém dos trabalhos de Dimas Floriani (2016) e associados (2020, 2021) e aqui é proposto uma releitura com objetivo de abordar os sistemas agroalimentares. O SIS tem como base a interpretação de sistemas sociais heterogêneos típicos de sociedades consideradas historicamente periféricas, como são as latino-americanas. Desta interpretação resulta a análise de que, apesar da insistente “ocidentalização” das relações socioambientais latino-americanas, persistem práticas que produzem e se reproduzem através de outras bases materiais e simbólicas, se hibridizando de maneira resistente e subalterna ao poder homogeneizador do sistema-mundo capitalista moderno colonial e patriarcal. A coexistência dinâmica de distintas formações socioambientais produz zonas de convergência, conflito e exclusões que caracterizam os sistemas sociais periféricos do sistema-mundo global (FLORIANI, 2016).

A proposta contida na Figura 1 se baseia no diagrama de Venn com intuito de representar três subsistemas: a) Sistemas Dominantes; b) Sistemas Híbridos; c) Sistemas de Borda. Os três subsistemas possuem zonas mútuas de transição (realçadas pelo diagrama de Venn) e são zonas fruto da heterogeneidade e coexistência dos diferentes sistemas. Contudo, são também nas zonas de transição onde ocorrem os conflitos e exclusões, lutas materiais e simbólicas, de acordo com as práticas materiais e simbólicas coordenadas pelos atores. Também possuem em comum o fato de estarem tangenciados pelo ambiente, isto é, o mundo extra-humano ou não-humano, e por partilharem, de maneira heterogênea e desigual, típica dos sistemas periféricos, dos fluxos de matéria e energia, também determinados pelas distintas práticas de relação com a natureza.

Figura 1 Sistemas de Interação Social (SIS)



Fonte: Os Autores (2023)

É importante destacar que, por se tratar de sistemas¹, os processos e fluxos são recursivos, isto é, se influenciam mutuamente mediados pelas zonas de convergência, conflito e coexistência. Outra característica dos modelos sistêmicos, e, portanto, complexos, é conter uma versão limitada da realidade que servem a propósito analítico-dedutivos. Ademais, destaca-se o caráter aberto dos sistemas em interação em sua dinâmica relacional, impedindo que possam ser explicados isoladamente, apesar de possuírem uma coerência própria.

Agora, de maneira indutiva, será proposto uma analogia de tipos ideais de sistemas agroalimentares desde os subsistemas do SIS. Como apresentado nos dois tópicos anteriores, as principais motivações desta analogia repousam: a) em abordar analiticamente os sistemas agroalimentares a partir de sua heterogeneidade, e o SIS permite fazer esta tarefa por meio da inter-relação de seus três subsistemas; b) mas também da necessidade de visibilizar sujeitos e grupos excluídos historicamente (ou relegados a acessórios) nas análises de sistemas agroalimentares.

Neste sentido, o primeiro tipo ideal de sistema agroalimentar a ser

apresentado é o Sistema Dominante. Analogamente, o Sistema Dominante pode ser equiparado, na tipologia de Escher (2020), à agricultura patronal em ambas as formas, a agricultura patronal capitalista e a agricultura patronal latifundiária. A estes atores somam-se suas respectivas relações com mercados, instituições, com a natureza, representações, dimensões estas que serão definidas a seguir.

Já de modo análogo ao Sistema Híbrido propõe-se como tipos ideais a agricultura familiar, mas não em toda sua extensão, e sim, inspirando-se nas tipologias de Escher (2020), a agricultura familiar empresarial e parte da agricultura familiar comercial, em suas respectivas dimensões.

Outra analogia proposta segue levando em conta a crítica da ecologia política latino-americana, isto é, a diferença colonial (ESCOBAR, 2015), a linha abissal (SOUSA SANTOS, 2019), a linha ontológica do ser e do não ser (MALADONADO- TORRES, 2016). Neste caso, propõe-se uma analogia entre o Sistema de Borda e ao que Escher (2020) intitula de agricultura familiar camponesa, mas não somente. Com a abordagem do Sistema de Borda como um sistema agroalimentar quer-se destacar as exclusões latentes do sistema-mundo capitalista, moderno-colonial e patriarcal. Este subsistema agrega os povos indígenas, comunidades tradicionais, mas também outras formas de racismo ambiental, de dominação de gênero e geração, os trabalhadores em situações análogas à escravidão, e enfim os miseráveis e famintos que estão espalhados pelos rincões deste país e que, mesmo assim, conformam sistemas agroalimentares em lutas para reapropriação social da natureza.

É importante destacar que a linha abissal separa drasticamente o Sistema Dominante principalmente, mas não exclusivamente, do Sistema de Borda, em zonas de conflito onde é pontuado pela violência da acumulação por espoliação, e/ou pela omissão ou intervenção do Estado contra os territórios indígenas e populações tradicionais.

Está exposto na Tabela 1 um quadro analítico onde se procura melhor descrever os fatores de coerência que cada sistema agroalimentar produz. Em uma reinterpretação de Floriani e Floriani (2021), são propostas quatro dimensões interligadas: a) trabalho e relação com a natureza, com a

terra e com o território; b) integração mercantil e uso de ciência e tecnologia; c) lugar na modernidade; d) valores, culturas e significações.

Tabela 1 Quatro dimensões do SIS

	Sistemas Dominantes	Sistemas Híbridos	Sistemas de Borda
Trabalho e relação a natureza, com a terra e o território	<ul style="list-style-type: none"> Natureza, terra e território como mercadorias Trabalho como mercadoria 	<ul style="list-style-type: none"> Vínculo relativo com a natureza, terra e o território Trabalho majoritariamente familiar; contratações de trabalho esporádicas Fruto do trabalho majoritariamente com valor e troca 	<ul style="list-style-type: none"> Vínculo com a natureza, terra e o território Trabalho majoritariamente familiar e comunitário Fruto do trabalho majoritariamente com valor de uso
Integração mercantil e C&T	<ul style="list-style-type: none"> Alta integração mercantil C&T preferencialmente de vanguarda 	<ul style="list-style-type: none"> Mercantilização diferencial C&T majoritariamente defasados Saberes e técnicas ancestrais relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> Baixa integração mercantil Baixo acesso à C&T Saberes e técnicas ancestrais predominantes
Lugar na modernidade	<ul style="list-style-type: none"> Lugar privilegiado Domínio da racionalidade econômica e da burocracia estatal 	<ul style="list-style-type: none"> Lugar escasso Domínio relativo da racionalidade econômica e da burocracia estatal Presença de racionalidades alternativas 	<ul style="list-style-type: none"> Não-lugar Baixo domínio da racionalidade econômica e da burocracia estatal Predomínio de racionalidades alternativas
Valores, culturas e significações	<ul style="list-style-type: none"> Elitismo e superioridade Racismo, machismo, homofobia Narrativas de sucesso 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de valores, culturas e significações alternativos Contradição entre conservar e alternar com o Sistemas Dominantes 	<ul style="list-style-type: none"> Presença preponderante de valores, culturas e significações alternativos Contradição entre conservar e alternar com o Sistemas Dominantes

Fonte: Os Autores (2023)

A construção dos tipos ideais, isto é, a coesão e coerência necessária para caracterizar um sistema agroalimentar, é uma análise parcial e politicamente posicionada dos sistemas agroalimentares e não uma descrição fiel dos fenômenos empíricos, dos atores e suas relações. Mais que isso, a abordagem sistêmica, baseada na inter-relação e retroalimentação (zonas de contato, diferenciação, conflito e coexistência) pressupõe um processo dinâmico tanto do ponto de vista econômico-ecológico (fluxo de matéria e energia entre os subsistemas) quanto sócio-histórico (fluxo de informações, isto é, a cultura, política, valores, subjetividades etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer este caminho é possível delinear as considerações finais que servirão para trabalhos posteriores. O objetivo principal deste texto, como exposto anteriormente, foi propor um quadro analítico que possibilitasse abordar a dinâmica de sistemas e atores que interagem na produção e circulação de alimentos no Brasil que pudesse visibilizar práticas, saberes e atores. Para isto, foi recuperado o conceito de sistema agroalimentar, sua gênese, sua importância e seus limites.

Recapitulando, o conceito de sistema agroalimentar ganha maturidade analítica a partir da noção de *regimes alimentares*, proposto por Friedmann e McMichael, como uma alternativa tanto ao marxismo ortodoxo quanto ao neweberianismo da sociologia e antropologia econômica. Contudo, apesar da pertinência histórico-estrutural da abordagem dos regimes alimentares, esta não foi capaz de captar a heterogeneidade de sistemas e atores participantes da produção e circulação de alimentos, pois, como foi possível demonstrar, persistiu a invisibilidade de práticas fundamentais para a reprodução material e simbólica de diversos povos do campo, das águas e das florestas.

Neste sentido, a crítica da ecologia política latino-americana forneceu uma contribuição ímpar, uma vez que possibilitou refletir a luz dos processos de apropriação social da natureza americana desde o fenômeno comum a este território, o colonialismo e a conformação do sistema-mundo moderno, capitalista, colonial e patriarcal. Foi então estabelecido que em sociedades que o colonialismo se perpetua como colonialidade, congregam-se os elementos sócio-históricos que as condicionam a um lugar periférico do sistema-mundo. Nesta conjuntura, há um processo de diferenciação colonial, causado pela racialização, o patriarcalismo simultâneo à reconhecida luta de classes no cerne da contradição capital-trabalho. Por consequência, em sociedades periféricas repousa a necessidade de se analisar a heterogeneidade de atores desde tais ponderações.

E aqui o Sistema de Interações Sociais (SIS) acumula pertinência e proeminência. Isto porque está proposto em sua abordagem uma interação recursiva de diferentes subsistemas que permitem levar em conta a heterogeneidade estrutural e a diferença colonial, típicas de sociedades periféricas. Partindo do SIS, foi proposto analogias entre os diferentes subsistemas onde participam de maneira contraditória e coerente diferentes atores e fenômenos envolvidos na produção e circulação de alimentos. Foram, então, descritos três sistemas em interação, o Sistema Dominante, o Sistema Híbrido e o Sistema de Borda, a partir de quatro dimensões a) trabalho e relação com a natureza, com a terra e com o território; b) integração mercantil e uso de ciência e tecnologia; c) lugar na modernidade; d) valores, culturas e significações. As quatro dimensões, inspiradas em Floriani e Floriani (2021), possibilitam um exercício de correlacionar elementos de coerência de cada sistema, ainda que, é importante repetir, não seja uma aproximação que reclame uma verdade última dos fenômenos concretos e heterogêneos, nem das peculiaridades locais e regionais, as quais interpelam a conformação dos diferentes sistemas agroalimentares do país. No entanto, as quatro dimensões subsidiaram a construção de um quadro analítico que possibilite visibilizar sujeitos e práticas invisíveis ou subsumidas à polarização já clássica entre os atores dominantes e os atores subalternos.

REFERÊNCIAS

ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

BELIK, Walter. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 9-30, 2015.

BUTTEL, Frederick H. Reflexões sobre a Economia Política Agrária no final do Século XX. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 2, p. 11-36, 2001.

CASTRO, J. **Geografia Da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares. 1984.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 51-73, 2016.

ESCHER, F. Class dynamics of rural transformation in Brazil: a critical assessment of the current agrarian debate. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 9, n. 2, p. 144-170, 2020.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FANON, Frantz; **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.
FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **The State of Food Security and**

Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO.
<https://doi.org/10.4060/cc0639en>

FLORIANI, Dimas. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos ambientais. **Ambiente e Sociedade**, vol. IX, n.1, p. 65-80. 2006.

FLORIANI, Dimas. **Crítica da razão ambiental**: pensamento e ação para a sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2013.

FLORIANI, Dimas. Las ciencias sociales en América Latina: lo permanente y transitorio, preguntas y desafíos de ayer y hoy. **POLIS. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

FLORIANI, D. As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de "Modernidades Múltiplas". In: D. FLORIANI Y A. ELIZALDE HEVIA (orgs.) **América Latina. Sociedade e Meio Ambiente**: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Curitiba, Brasil: Editora da UFPR. 2016, pp.139-172.

FLORIANI, D. As metamorfoses do desenvolvimento. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e críticas desde América Latina. In: de MELO, Ana Amelia M. C.; de la CUADRA, Fernando Marcelo (eds.). **Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina**. Santiago: Ril editores. 2020.

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil.

Polis. Revista Latinoamericana, n. 56, 2020.

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, N. Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental. In: José Ivo Follmann. (Org.). **Ecologia Integral: abordagens (im)pertinentes** [recurso eletrônico]. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021, v. 3, p. 37-60.

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável In: BELIK, W; MALUF, R S. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Instituto de Economia, pp1-22, 2000.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. **Rural Sociology and Development**, v11. 2005. p. 227- 264.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v.12/13, 1989.

LEFF, E. La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza CECEÑA, A; SADER. E (comps.) **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO. 2002. p. 191-216.

LEFF, Enrique. Political ecology: a Latin American perspective. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 35, n. 35, p. 29-64, 2015.

LEFF, Enrique. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política1. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 225-256, 2017.

LINHARES, M. Y. A pesquisa histórica no Rio de Janeiro: a história agrária como programa de trabalho: 1977-1994. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 77-89, 1995.

LINHARES, M. Y. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Tempo** v. 1, n. 2 p. 135-150, 1996.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008. MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e estado**, v. 31, p. 75-97, 2016.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The journal of peasant studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016. 256p

MIGNOLO, W D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, W. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

PORTO GONÇALVEZ, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação da água na América Latina. In: FERNANDES B. M. (Comp.), **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107–130.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

LIZARRAGA, P.; PEREIRA FILHO, J. **Atlas de los Sistemas Alimentarios del Cono Sur**. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.